



Número: **0811968-16.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.000,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE CARLOS DOS SANTOS (AUTOR)		FLAVIANA DA SILVA CÂMARA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28529044	23/02/2020 11:35	Petição Inicial	Petição Inicial
28660775	02/03/2020 09:57	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
28660778	02/03/2020 09:57	PROC DE LUIZ CARLOS	Documento de Comprovação
28660779	02/03/2020 09:57	Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo	Documento de Comprovação
28660788	02/03/2020 09:57	CCF02032020_0002	Documento de Comprovação
29370896	27/03/2020 17:21	Despacho	Despacho
29487559	28/03/2020 16:42	Expediente	Expediente

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MANGABEIRA/PB**

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, ajudante de motorista, titular do CPF nº 727.116.714-53, residente e domiciliada na Rua João Marinho da Silva, nº22, bairro: Alto do Mateus, Cidade de João Pessoa-PB, vem por instrumento de procuração inclusa, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** em face sob o rito processual da Lei nº. 9.099/95, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de viaterrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.



DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR – FRATURA EXPOSTA DA DIAFISE DO FEMUR ESQUERDO**, ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.



A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:



“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta .”***

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de



conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;

b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$5.000,00(cinco mil reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;

c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;

e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.

f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$ 7.000,00(Sete reais).

Nestes Termos,



Pede Deferimento.

João Pessoa, 23 de Fevereiro de 2020.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540



em anexo



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS, casado, pedreiro, portador do RG nº 3373222, CPF nº 67398715404, residente e domiciliada na Rua Cristóvão Colombo, nº 05, Tibiri II, Cidade de Santa Rita-PB, fone: 986128891.

OUTORGADO: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, brasileira, advogada inscrito na OAB/PB sob o n.º14.540, residente e domiciliada nesta Capital, com endereço profissional localizado à Rua da João Machado, nº 399, Sala 4, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

PODERES: a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicia*", em qualquer instancia e/ou nos atos extra judiciais nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo, ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromissos, inclusive de inventariante e, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito publico, seus órgãos, Ministérios, Secretarias, Autarquias, Empresas Publicas, Fundações e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, Sociedade de Economia mista, conjunta ou separadamente, e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ainda pelo presente instrumento, lido e firmado por ambos os contratantes, fica obrigado o outorgante/contratante a pagar a Outorgada os honorários advocatícios pelos serviços prestados, na razão de 30%(trinta por cento), incidente sobre toda vantagem bruta auferida pelo contratante/Outorgante independente de haver honorários de sucumbência, ficando desde logo o M.M. Juízo desde logo autorizado a expedir alvará em separado referente aos honorários contratuais nos termos deste instrumento.

DECLARAÇÃO DE POBREZA

LUIZ CARLOS DOS SANTOS, casado, pedreiro, portador do RG nº 3373222, CPF nº 67398715404, residente e domiciliada na Rua Cristóvão Colombo, nº 05, Tibiri II, Cidade de Santa Rita-PB, fone: 986128891, e tendo como norte o At.5º, inc LXXIV da Constituição Federal e o parágrafo único do art.2º da lei 1.060, que é pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas, encargos e demais emolumentos processuais caso venham a ser arbitrados sem sacrifício ou prejuízo de sua família tudo em conformidade com o já citado artigo.

Declara ainda, ser conhecedora da responsabilidade caso este instrumento não reporte com a verdade.

João Pessoa, 08 de janeiro de 2019.

 _____



Contrato de honorários advocatícios

Por este instrumento particular de contrato de honorários advocatícios e na melhor forma de direito, de um lado, como CONTRATANTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS, casado, pedreiro, portador do RG nº 3373222, CPF nº 67398715404, residente e domiciliada na Rua Cristóvão Colombo, nº 05, Tibiri II, Cidade de Santa Rita-PB, fone: 986128891.

, têm entre si, justo e contratado, FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, portadora da OAB/PB 14.540 o que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1 - O CONTRATADO obriga-se, face ao mandato que lhe é outorgado, que faz parte integrante deste contrato, a prestar os seguintes serviços: propor AÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE E COBRANÇA DO SEGURO DPVAT.

2 - Pelos serviços prestados e especificados na cláusula anterior, o CONTRATADO, receberá a título de honorários, líquidos e certos, a importância de 30%(TRINTA POR CENTO) SOBRE O TOTAL RECEBIDO, ASSIM COMO 30% (TRINTA POR CENTO), DAS 12 PRIMEIRAS PRESTAÇÕES.

3 - Fica estabelecido que, iniciados os serviços especificados na cláusula um, são devidos os honorários contratados por completo neste instrumento, ainda que em caso de desistência por parte do CONTRATANTE, ou se for cassado o mandato do CONTRATADO sem sua culpa, ou ainda, por acordo do CONTRATANTE com a parte contrária, sem a devida aquiescência do CONTRATADO, podendo este exigir os honorários de imediato.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que em caso de desistência por parte do CONTRATANTE, antes de iniciados os serviços especificados na cláusula um, serão devidos ao CONTRATADO, a título de honorários, por assessoria e consultoria jurídica, 20% (dez por cento) do estabelecido na cláusula dois.

8 - A parte que descumprir qualquer das cláusulas deste contrato, dará à outra, o direito de rescindir o presente instrumento, sem qualquer interpelação, judicial ou extrajudicial, ficando desobrigada a parte inocente a dar continuidade a este contrato, ficando acordado entre as partes que, em caso de necessidade de ajuizamento de ações relativas a esse instrumento, a citação se dará por via postal, com aviso de recebimento (AR), cabendo ao vencedor, honorários, na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor da causa, a título de verba sucumbencial.

9 - Fica eleito o Foro da Comarca de João Pessoa-Paraíba, para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo assistem.

João Pessoa, ____ de ____ de ____.

CONTRATADO: _____

CONTRATANTE: Luiz Carlos dos Santos

TESTEMUNHAS: _____



Contrato de honorários advocatícios

Por este instrumento particular de contrato de honorários advocatícios e na melhor forma de direito, de um lado, como CONTRATANTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS, casado, pedreiro, portador do RG nº 3373222, CPF nº 67398715404, residente e domiciliada na Rua Cristóvão Colombo, nº 05, Tibiri II, Cidade de Santa Rita-PB, fone: 986128891.

, têm entre si, justo e contratado, FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, portadora da OAB/PB 14.540 o que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1 - O CONTRATADO obriga-se, face ao mandato que lhe é outorgado, que faz parte integrante deste contrato, a prestar os seguintes serviços: propor AÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE.

2 - Pelos serviços prestados e especificados na cláusula anterior, o CONTRATADO, receberá a título de honorários, líquidos e certos, a importância de 30%(TRINTA POR CENTO) SOBRE O TOTAL RECEBIDO, ASSIM COMO 30% (TRINTA POR CENTO), DAS 12 PRIMEIRAS PRESTAÇÕES.

3 - Fica estabelecido que, iniciados os serviços especificados na cláusula um, são devidos os honorários contratados por completo neste instrumento, ainda que em caso de desistência por parte do CONTRATANTE, ou se for cassado o mandato do CONTRATADO sem sua culpa, ou ainda, por acordo do CONTRATANTE com a parte contrária, sem a devida aquiescência do CONTRATADO, podendo este exigir os honorários de imediato.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que em caso de desistência por parte do CONTRATANTE, antes de iniciados os serviços especificados na cláusula um, serão devidos ao CONTRATADO, a título de honorários, por assessoria e consultoria jurídica, 20% (dez por cento) do estabelecido na cláusula dois.

8 - A parte que descumprir qualquer das cláusulas deste contrato, dará à outra, o direito de rescindir o presente instrumento, sem qualquer interpelação, judicial ou extrajudicial, ficando desobrigada a parte inocente a dar continuidade a este contrato, ficando acordado entre as partes que, em caso de necessidade de ajuizamento de ações relativas a esse instrumento, a citação se dará por via postal, com aviso de recebimento (AR), cabendo ao vencedor, honorários, na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor da causa, a título de verba sucumbencial.

9 - Fica eleito o Foro da Comarca de João Pessoa-Paraíba, para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo assistem.

João Pessoa, ____ de ____ de ____.

CONTRATADO: _____

CONTRATANTE: X Luiz Carlos dos Santos

TESTEMUNHAS: _____



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS, casado, pedreiro, portador do RG nº 3373222, CPF nº 67398715404, residente e domiciliada na Rua Cristóvão Colombo, nº 05, Tibiri II, Cidade de Santa Rita-PB, fone: 986128891.

OUTORGADO: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, brasileira, advogada inscrito na OAB/PB sob o n.º14.540, residente e domiciliada nesta Capital, com endereço profissional localizado à Rua da João Machado, nº 399, Sala 4, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

PODERES: a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicia*", em qualquer instancia e/ou nos atos extra judiciais nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo, ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromissos, inclusive de inventariante e, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito publico, seus órgãos, Ministérios, Secretarias, Autarquias, Empresas Publicas, Fundações e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, Sociedade de Economia mista, conjunta ou separadamente, e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ainda pelo presente instrumento, lido e firmado por ambos os contratantes, fica obrigado o outorgante/contratante a pagar a Outorgada os honorários advocatícios pelos serviços prestados, na razão de 20%(vinte por cento), incidente sobre toda vantagem bruta auferida pelo contratante/Outorgante independente de haver honorários de sucumbência, ficando desde logo o M.M. Juízo desde logo autorizado a expedir alvará em separado referente aos honorários contratuais nos termos deste instrumento.

DECLARAÇÃO DE POBREZA

LUIZ CARLOS DOS SANTOS, casado, pedreiro, portador do RG nº 3373222, CPF nº 67398715404, residente e domiciliada na Rua Cristóvão Colombo, nº 05, Tibiri II, Cidade de Santa Rita-PB, fone: 986128891, e tendo como norte o At.5º, inc LXXIV da Constituição Federal e o parágrafo único do art.2º da lei 1.060, que é pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas, encargos e demais emolumentos processuais caso venham a ser arbitrados sem sacrifício ou prejuízo de sua família tudo em conformidade com o já citado artigo.

Declara ainda, ser conhecedora da responsabilidade caso este instrumento não reporte com a verdade.

João Pessoa, 08 de janeiro de 2019.



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS, casado, pedreiro, portador do RG nº 3373222, CPF nº 67398715404, residente e domiciliada na Rua Cristóvão Colombo, nº 05, Tibiri II, Cidade de Santa Rita-PB, fone: 986128891.

OUTORGADO: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, brasileira, advogada inscrito na OAB/PB sob o n.º14.540, residente e domiciliada nesta Capital, com endereço profissional localizado à Rua da João Machado, nº 399, Sala 4, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

PODERES: a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicia*", em qualquer instancia e/ou nos atos extra judiciais nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo, ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromissos, inclusive de inventariante e, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito publico, seus órgãos, Ministérios, Secretarias, Autarquias, Empresas Publicas, Fundações e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, Sociedade de Economia mista, conjunta ou separadamente, e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ainda pelo presente instrumento, lido e firmado por ambos os contratantes, fica obrigado o outorgante/contratante a pagar a Outorgada os honorários advocatícios pelos serviços prestados, na razão de 20%(vinte por cento), incidente sobre toda vantagem bruta auferida pelo contratante/Outorgante independente de haver honorários de sucumbência, ficando desde logo o M.M. Juízo desde logo autorizado a expedir alvará em separado referente aos honorários contratuais nos termos deste instrumento.

DECLARAÇÃO DE POBREZA

LUIZ CARLOS DOS SANTOS, casado, pedreiro, portador do RG nº 3373222, CPF nº 67398715404, residente e domiciliada na Rua Cristóvão Colombo, nº 05, Tibiri II, Cidade de Santa Rita-PB, fone: 986128891, e tendo como norte o At.5º, inc LXXIV da Constituição Federal e o parágrafo único do art.2º da lei 1.060, que é pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas, encargos e demais emolumentos processuais caso venham a ser arbitrados sem sacrifício ou prejuízo de sua família tudo em conformidade com o já citado artigo.

Declara ainda, ser conhecedora da responsabilidade caso este instrumento não reporte com a verdade.

João Pessoa, 08 de janeiro de 2019.





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200058302 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE CARLOS DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSE CARLOS DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 72711671453

Posição em 02-03-2020 10:01:39

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00


Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
21/02/2020	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
02/03/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/ukhF8LVK6ZsQ6OKx1Nv api_key=y+j2M6vLMwe__4v9TOuYJ0t1zGTCDs439njyvvbbA++k=)
18/02/2020	NOVA TENTATIVA DE PAGAMENTO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/laqX18xLvUwqEtWc743HXv api_key=y+j2M6vLMwe__4v9TOuYJ0t1zGTCDs439njyvvbbA++k=)



08/02/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/drUtkEwmdfdjb9W8__uapi_key=y+j2M6vLMwe__4v9TOuYJ0t1zGTCDs439njyvvbbA++k=)
------------	------------------------------------	---



(https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(https://www.seguradoralider.com.br)



(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)
(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx>)
(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Saiba-como-pagar.aspx>)
(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Pontos-de-Atendimento.aspx>)
(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Como-Pedir-Indenizacao.aspx>)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

Termos de uso e política de privacidade (/Pages/Termos-de-Uso.aspx)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 917

Jose Carlos dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.428.370 -2 VIA DATA DE EMISSÃO 09/03/2012

NOME JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

FILIAÇÃO JOSÉ SANTINO DOS SANTOS
ELIZA CLEMENTINO DOS SANTOS

NATURALIDADE TAPERÓIA-PB

DOC ORIGEM

NASC. N. 20491 FL9.154 LIV. A-33

CARTÓRIO TAPERÓIA-PB2231

727.116.714-53

DATA DE NASCIMENTO 29/09/1969

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CPF

727.116.714-53

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

29/09/1969

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Jose Carlos dos Santos

ASSINATURA EM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 29/09/1969

Nº DE REGISTRO 0165 2352 1201

ZONA 077

SEÇÃO 0024

MUNICÍPIO/UF JOÃO PESSOA/PB

DATA DE EMISSÃO 08/10/2013

NÚMERO ELEITORAL





**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Policarpo Chaves, 220 - Jardim João Pessoa - PB
CEP: 56.015-670 - CNPJ: 08.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA

68724586

REFERÊNCIA
OUT/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

VALDICELEMA MARIA DA SILVA
RUA JOAO M DA SILVA, 12 - 1 ANDAR - ALTO DO MATEUS
JOAO PESSOA PB 58090-460

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável	
			Residencial	Comercial	Industrial	Pública		
001.012.115.0115.000		000	1	0	0	0		
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água		Situação Esgoto			
Y05X002861	20/12/2006	EXT LACR	LIGADO		LIGADO			
ANTERIOR ATUAL CONSUMO (M3) NUM DE DIAS PROXIMA LEITURA								
1271 1271 21 31 14/11/2019								
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.								
SET/2019	22	30	PARAMETROS EXIG.		ANALIS.		CONFORMES	
AGO/2019	14		TURBIDEZ		0	0	0	
JUL/2019	11		CLORO		0	0	0	
JUN/2019	21		COL. TERNOT		0	0	0	
MAI/2019	52		COR		0	0	0	
ABR/2019	31		COL. TOTAIS		0	0	0	
MEDIA(M)	21		DADOS REFERENTES A: AGO/2019					

DATA DA IMPRESSÃO: 15/10/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 10:37:03

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE	10 M3	37,91
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3	10 M3	48,90
21 M3 A 30 M3 - R\$ 6,45 POR M3	1 M3	6,45
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 30,33 POR UNIDADE	10 M3	30,33
11 M3 A 20 M3 - R\$ 3,91 POR M3	10 M3	39,10
21 M3 A 30 M3 - R\$ 5,81 POR M3	1 M3	5,81
PARCELAMENTO DE DEBITOS PARCELA 03/15		70,53
ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT. 08/2019		3,47
JUROS DE HORA 08/2019		1,79

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 15,59 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 27/10/2019

Total a Pagar:

R\$ 244,29



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: MEDIA DO HIDROME TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

NÃO HÁ CHEGADA DE TRABALHO INFANTIL



MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
68724586	OUT/2019	27/10/2019	R\$ 244,29

8264000002 0 44290010001 1 06872458601 8 10201970003 2







CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01110.01.2020.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01110.01.2020.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:09 horas do dia 29 de janeiro de 2020, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Cristiano Cruz Cordula, Agente de Investigação, matrícula 1565699, ao final assinado, compareceu **Jose Carlos dos Santos**, CPF nº 727.116.714-53, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Ajudante de Motorista, filho(a) de Eliza Clementino dos Santos e José Santino dos Santos, natural de Taperoá/PB, nascido(a) em 29/09/1969 (50 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua João Marinho da Silva, Nº 22, bairro Alto do Mateus, tendo como ponto de referência Não Informado., na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98675-1652.

Dados do(s) Fatos:

Local: Br 230, Após o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena., João Pessoa/PB, bairro Tambauzinho; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 11/10/19 17:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE, segundo o declarante no dia 11/10/2019 por volta das 17:00 horas quando transitava na garupa da moto, YAMAHA/YBR 125E ano; 2008, de cor vermelha de placa: MOJ7536/PB CHASSI: 9C6KE092080219597 pertencente e conduzido pelo Sr. Severino Lopes dos Santos portador do CPF: 504.306.614-87, pela BR 230 sentido Cabedelo/João Pessoa-PB; Quando um veículo não identificado, que vinha logo à frente da moto, freou abruptamente sem sinalizar, Que o condutor da moto, Sr. Severino Lopes dos Santos não teve tempo suficiente para frear vindo a colidir na traseira do veículo, Que devido ao fato o declarante, Que vinha na garupa, veio a cair ao solo e se lesionar sendo socorrido pelo SAMU para o HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, onde foi diagnosticado, de acordo com o BOLETIM DE ENTRADA nº 1.196.211, FRATURA EXPOSTA DA DIÁFISE DO FEMUR ESQUERDO, CID S72.3 conforme LAUDO MÉDICO assinado pelo Dr. EWERTON NORONHA TEIXEIRA CRM 2516/PB.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 29 de janeiro de 2020.


CRISTIANO CRUZ CORDULA
Agente de Investigação


JOSE CARLOS DOS SANTOS
Noticiante

Procedimento Policial: 01110.01.2020.1.00.401







LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE JOSÉ CARLOS DOS SANTOS
DADOS DE NASCIMENTO 29/09/69
NOME DA MÃE ELIZA CLEMENTINO DOS SANTOS

DADOS EXTRAÍDOS DO PRONTUÁRIO

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.196.211
Nº PRONTUÁRIO 118.618
DATA DO ATENDIMENTO 11/10/19
HORA DO ATENDIMENTO 18:19
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA EXPOSTA DA DIÁFISE DO FEMUR E
CID 10 S 72.3

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta (carro x moto), trazido pelo SAMU, apresentando dor intensa em coxa E + ferimento corto-contuso na face anterior da coxa e deformidade com prejuízo dos movimentos + sinais de fratura exposta do femur E. Glasgow 15. Avaliado pela equipe da médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX da coxa E - AP e P
RX da bacia - AP
USG do abdome total - FAST

TRATAMENTO:

Fratura exposta da diáfise do femur E ao RX. Sem alteração à USG e ao outro RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. Tibirica Medeiros e Dr. Lauri Freitas no 1º tempo e pelo Dr. Matheus Mozart e Dr. Milton Linhares no 2º tempo, todos da equipe da Ortopedia.

ALTA HOSPITALAR: 20/10/19
DATA DA EMISSÃO: 12/12/19

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA
MÉDICO
CRM 1516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO. OBS: O profissional que assina este laudo não participou do atendimento médico.





11/10/2019

- TiMed



**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SEGRE
o trabalho**

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento 1196211



Identificação do paciente			
ID 1447031	Nome JOSE CARLOS DOS SANTOS	Sexo Masculino	
Data de nascimento 29/09/1969	Idade 50 anos 12 dias	Estado civil	Religião
Mãe ELIZA CLEMENTINO DOS SANTOS	Pai JOSE SANTINO DOS SANTOS	Prontuário	
Escolaridade	Responsável (Parentesco) RANIERE VIRGINIO DA SILVA - IRMAO(A)		
DDD Celular 83	Celular 987483160	DDD	Telefone
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 1428370	Nº Cns	
Local de procedência CASTELO BRANCO I	Tipo BAIRRO	UF PB	
E-mail	Naturalidade TAPEROA	CBO/R	
Endereço			
CEP 58090460	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro JOÃO MARINHO DA SILVA
Número 22	Complemento	Bairro ALTO DO MATEUS	
Admissão			
Data e Hora 11/10/2019 18:19:53	Número da pulseira 1000007617002	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica		
Classificação de risco	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU	Quem transportou SAMU		
Sinais Vitais			
PA 120 x 80 mmHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
Liquor []		ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos Paciente com miúdo, fratura e/ou trauma, com o paciente exposto de coxo, que p/ realizar exame)			
Diagnóstico			CID
Atendido por FLAVIA MARIA RODRIGUES SILVEIRA DE MORAIS			Tempo 26seg

Imprimir

X Ranieri Virgilio da Silva



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 02/03/2020 09:57:42

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20030209574155300000027629235

Número do documento: 20030209574155300000027629235





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SEGUIR
O TRABALHO**

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente JOSE CARLOS DOS SANTOS	BAE 1196211	Data/Hora Entrada 11/10/2019 18:19:53	Data Baixa
Data de nascimento 29/09/1969	Idade 50a 12d	Sexo Masculino	Telefone de Contato (83) 987483160
Mãe ELIZA CLEMENTINO DOS SANTOS			Prontuário
Endereço JOÃO MARINHO DA SILVA, 22	Bairro ALTO DO MATEUS	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X MOTO	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional ANTONIO VIEIRA DE MOURA	Nº Cons. Regional 4371/PB
Data/Hora Classificação 11/10/2019 18:19:53		Data/Hora Prescrição 11/10/2019 18:45:27	

ANAMNESE

PACIENTE TRAZIDO POR EQUIPE DO SAMU, COM HISTÓRICO DE ACIDENTE DE TRANSITO. AO EXAME: ESTADO GERAL PRESERVADO. BOAS CONDIÇÕES HEMODINÂMICAS, GLASGOW 15. MIE; SINAIS DE FRATURA EXPOSTA DO FÊMUR. ABDOME FLÁCIDO, DOLOROSO EM HIPOGÁSTRIO. SOLICITO EXAMES

1EDICAÇÃO

TRAMADOL 50MG /ML INJETAVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 1,0 ML VIA E.V., AGORA, (OBSERVAÇÕES:: DILUIR EM 100 ML DE SORO FISIOLÓGICO)

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE COXA ESQUERDA
RADIOGRAFIA DE BACIA
ULTRASSONOGRAFIA - FAST

CID10

T14.9 - Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação


ANTONIO VIEIRA DE MOURA
(: 4371/PB)

Boletim registrado por: FLAVIA MARIA RODRIGUES SILVEIRA DE MORAIS em 11/10/2019 18:20:19







**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SEGUIE
o trabalho**

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente JOSE CARLOS DOS SANTOS	BAE 1196211	Data/Hora Entrada 11/10/2019 18:19:53	Data Baixa
Data de nascimento 29/09/1969	Idade 50a 13d	CNS	Telefone de Contato (83) 987483160
Mãe ELIZA CLEMENTINO DOS SANTOS	Sexo Masculino		Prontuário
Endereço JOÃO MARINHO DA SILVA, 22	Bairro ALTO DO MATEUS	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X MOTO	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional JOAO PAULO SOUTO CASADO	Nº Cons. Regional 11598/PB
Data/Hora Classificação 11/10/2019 18:19:53		Data/Hora Prescrição 12/10/2019 02:49:39	

ANAMNESE

VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO REFERE DOR INTENSA EM COXA ESQUERDA APRESENTA FERIMENTO CORTO-CONTUSO EM FACA ANTERIOR DA COXA E DEFORMIDADE ADM PREJUDICADO NEUROVASCULAR PRESERVADOS NO MOMENTO RX EVIDENCIANDO FRATURA DIAFISARIA DO FEMUR ESQ (EXPOSTA) STAFF: DR TIBIRICA CD: AO BLOCO PARA TTO CIRURGICO #REALIZADO TTO CIR DE FRATURA EXPOSTA DE DIAFISE DE FEMUR ESQ POR DR TIBIRICA, DURANTE A INSTALACAO DO FIXADOR EXTERNO UMA BROCA 3,5 PARTIU DURANTE A PERFURACAO DE DIAFISE PROXIMAL SEM RETIRADA SEM ALTERACOES, CONFIRMADO COM AUXILIO DE ESCOPIA CD: INTERNAMENTO PARA TTO DEFINITIVO

DIETA

DIETA LIVRE, VIA ORAL

MEDICAÇÃO

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H

Diluir

CEFALOTINA 1G (FRASCO-AMPOLA), ADMINISTRAR 1000,0 MG VIA E.V., 6/6H, COM INTERVALO DE 6/6H POR 7 DIA(S)

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H, (OBSERVAÇÕES:: S/N)

Diluir

NDANSETRONA 2MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 4,0 ML VIA E.V., 8/8H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 2000,0 ML VIA E.V, 24H

HEPARINA SODICA 5.000UI/0,25ML (AMPOLA 0,25 A 0,30ML) - ALTO RISCO, ADMINISTRAR 0,25 ML VIA S.C., 12/12H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V, 12/12H

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., 12/12H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V, 8/8H, (OBSERVAÇÕES:: LENTO, SN)

Diluir

TRAMADOL 50MG /ML INJETAVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 8/8H

CAPTAPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 1,0 MG VIA ORAL, ACM, SE NECESSÁRIO SE PAD>110MMHG E/OU PAS>160MMHG (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 4,0)

GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETAVEL (AMPOLA 10ML), ADMINISTRAR 30,0 ML VIA E.V., ACM, SE NECESSÁRIO SE HGT<60 (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 30,0)

CUIDADOS

CURATIVO, (OBSERVAÇÕES:: DIÁRIO)

HGT 6/6HS

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIO E MOTORA

INSULINA REGULAR CONFORME HGT

--VV + CCGG



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 02/03/2020 09:57:42

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20030209574155300000027629235>

Número do documento: 20030209574155300000027629235



Conduta

Internar Paciente

Enfermeiro

Dr. João Paulo S. Casado
MEDICO
CRM-PB 11598
JOAO PAULO SOUTO CASADO
(CRM: 11598/PB)

Boletim registrado por: FLAVIA MARIA RODRIGUES SILVEIRA DE MORAIS em 11/10/2019 18:20:19





RELATÓRIO DE CIRURGIA

NOME: JOSE CARLOS DOS SANTOS BE/PRONTUÁRIO 1196211
 IDADE: _____ SEXO: _____ COR: _____ DATA: 18/10/2019
 CLÍNICA /SETOR: ORTOPEDIA LEITO 2
 CIRURGIA: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + OSTEOSINTESE DE FRATURA DIAFISARIA DO FEMUR ESQUERDO
 CIRURGIÃO: DR MATHEUS MOZART 1º ASS: DR MILTON LINHARES
 2º ASS: MR1 JOÃO PAULO 3º ASS: _____
 INSTRUMENTADOR: _____ ANESTESISTA: _____
 TIPO DE ANESTESIA: RAQUIANESTESIA HORÁRIO INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO	CID
FRATURA DE DIAFISE DO FEMUR ESQUERDO	

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	CODIGO
RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + OSTEOSINTESE DE FRATURA DIAFISARIA DO FEMUR ESQUERDO	

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO

DESCRIÇÃO:

BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO:

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:

☒ ENFERMARIA ☐ TERAPIA INTENSIVA
☐ RESIDÊNCIA ☐ ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM: Dr. João Paulo S. Casado DATA: 18/10/2019
 MEDICO CRM-PB/11598







Hospital Estadual de
Emergência e Trauma
Senador Humberto Lyra



GOVERNO
DA PARAÍBA

SEGUE
o trabalho

Documento de Alta

Nome: JOSE CARLOS DOS SANTOS		Número Prontuário: 118618	
Data de Nascimento: 29/09/1969	Sexo: Masculino	Data de Internação: 12/10/2019 05:28:38	Data de Alta: 20/10/2019 10:11:30
Motivo da alta: ALTA MEDICA			
Conduta: #ORTOPEDIA -VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO #FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQ (EXPOSTA) 2º DPO RETIRA DE FIXADOR EXTERNO OSTEOSSINTESE DE FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQUERDO, REALIZADO POR DR MATHEUS MOZART, SEM INTERCORRENCIAS PACIENTE ESTÁVEL, SEM QUEIXAS HB: 9,0 CD: ALTA HOSPITALAR CARTÃO DE RETORNO NO HTOP ANALGESIA ANTIBIOTICO CLEXANE ORIENTAÇÕES			
Resumo da Internação: #ORTOPEDIA -VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO #FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQ (EXPOSTA) 2º DPO RETIRA DE FIXADOR EXTERNO OSTEOSSINTESE DE FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQUERDO, REALIZADO POR DR MATHEUS MOZART, SEM INTERCORRENCIAS PACIENTE ESTÁVEL, SEM QUEIXAS HB: 9,0 CD: ALTA HOSPITALAR CARTÃO DE RETORNO NO HTOP ANALGESIA ANTIBIOTICO CLEXANE ORIENTAÇÕES			
Resultado de Exames: #ORTOPEDIA -VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO #FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQ (EXPOSTA) 2º DPO RETIRA DE FIXADOR EXTERNO OSTEOSSINTESE DE FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQUERDO, REALIZADO POR DR MATHEUS MOZART, SEM INTERCORRENCIAS PACIENTE ESTÁVEL, SEM QUEIXAS HB: 9,0 CD: ALTA HOSPITALAR CARTÃO DE RETORNO NO HTOP ANALGESIA ANTIBIOTICO CLEXANE ORIENTAÇÕES			
Tratamento: #ORTOPEDIA -VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO #FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQ (EXPOSTA) 2º DPO RETIRA DE FIXADOR EXTERNO OSTEOSSINTESE DE FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQUERDO, REALIZADO POR DR MATHEUS MOZART, SEM INTERCORRENCIAS PACIENTE ESTÁVEL, SEM QUEIXAS HB: 9,0 CD: ALTA HOSPITALAR CARTÃO DE RETORNO NO HTOP ANALGESIA ANTIBIOTICO CLEXANE ORIENTAÇÕES			
Diagnóstico: S72.3 - Fratura da diáfise do fêmur			
Recomendações: #ORTOPEDIA -VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO #FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQ (EXPOSTA) 2º DPO RETIRA DE FIXADOR EXTERNO OSTEOSSINTESE DE FRATURA DIAFISÁRIA DO FEMUR ESQUERDO, REALIZADO POR DR MATHEUS MOZART, SEM INTERCORRENCIAS PACIENTE ESTÁVEL, SEM QUEIXAS HB: 9,0 CD: ALTA HOSPITALAR CARTÃO DE RETORNO NO HTOP ANALGESIA ANTIBIOTICO CLEXANE ORIENTAÇÕES			

Data: 20/10/2019

JORGE JOSE SOUSA PINTO
CRM: 12278 - PB





Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 02/03/2020 09:57:42

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20030209574155300000027629235>

Número do documento: 20030209574155300000027629235



Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0811968-16.2020.8.15.2001

AUTOR: JOSE CARLOS DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora.

Diante das especificidades da causa, de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito e considerando o princípio da duração razoável do processo, bem como a impossibilidade deste juízo de avocar para si as audiências de conciliação sob pena de inviabilizar o funcionamento desta unidade judiciária, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cientificando-lhe que a ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

João Pessoa, 25 de março de 2020

Juiz (a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0811968-16.2020.8.15.2001

AUTOR: JOSE CARLOS DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora.

Diante das especificidades da causa, de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito e considerando o princípio da duração razoável do processo, bem como a impossibilidade deste juízo de avocar para si as audiências de conciliação sob pena de inviabilizar o funcionamento desta unidade judiciária, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cientificando-lhe que a ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

João Pessoa, 25 de março de 2020

Juiz (a) de Direito

